

NECESSIDADE E EFICÁCIA DE AÇÕES POLICIAIS NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

NEED AND EFFECTIVENESS OF POLICE ACTIONS IN PREVENTING SCHOOL VIOLENCE

Pedro Wilson de Lima Borges*
Wolney Ferreira da Silva**

RESUMO

A violência é uma realidade que perpassa os diferentes ambientes, contextos e instituições humanas, inclusive o espaço da escola, concebido tradicionalmente como lugar de estímulo ao conhecimento, harmonia, interação e de segurança. O objetivo geral do trabalho consiste, nesse sentido, em discutir a pertinência da presença de policiais militares em escolas, privadas e públicas, tratando também da efetividade da capacitação profissional, formas de atuação e regramentos nas estratégias pedagógicas de enfrentamento da violência escolar, tendo-se como objetivos específicos. A problemática da pesquisa buscou responder sobre a eficácia de ações envolvendo policiais militares nas estratégias de prevenção à violência escolar em relação, bem como às formas e regras do policiamento no interior da escola. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, fundamentada na revisão de literatura sobre a escola, família, gestão da segurança pública e violência no ambiente escolar. As conclusões do estudo são de que houve um esgotamento do modelo de escolarização que teve, por sua vez, enfraquecida sua capacidade de socialização para as novas gerações, notadamente pela escalada da violência vivida por inúmeras instituições no contexto escolar brasileiro e mundial. O artigo explicita ainda que as polícias militares PMs estaduais têm elaborado diversos programas de enfrentamento à violência nas escolas com vários pontos positivos, ocupando espaços deixados pelas políticas públicas educacionais, não obstante se tenha claro que muitos dos policiais envolvidos nesses programas necessitam de mais formação e treinamento para atuarem em um contexto de diferenças.

Palavras-chave: Escola. Polícia militar. Violência.

ABSTRACT

Violence is a reality that permeates different environments, contexts and human institutions, including the school space, traditionally conceived as a place to encourage knowledge, harmony, interaction and security. The general objective of the work consists, in this sense, of discussing the relevance of the presence of military police officers in schools, private and public, also dealing with the effectiveness of professional training, forms of action and rules in pedagogical strategies for confronting school violence, having- as specific objectives. The research problem sought to answer the effectiveness of actions involving military police officers in strategies to prevent school violence in relation to, as well as the forms and rules of, policing within schools. This is an exploratory and descriptive research, based on a literature review on

* Aluno do Curso de Pós-Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO), Especialização em Polícia e Segurança Pública (CFP), Turma Osscarr. E-mail: pedrowborges99@gmail.com.

** Professor orientador. Graduado em Direito e Especialista em Gestão Organizacional e Altos Estudos em Segurança Pública. Tenente Coronel. E-mail: wolneyf@hotmail.com.

the school, family, public security management and violence in the school environment. The conclusions of the study are that there was an exhaustion of the schooling model which, in turn, weakened its socialization capacity for new generations, notably due to the escalation of violence experienced by numerous institutions in the Brazilian and global school context. The article also explains that state military police have developed several programs to combat violence in schools with several positive points, occupying spaces left by public educational policies, despite it being clear that many of the police officers involved in these programs need more training and training to act in a context of differences.

Keywords: School. Military police. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A violência é uma realidade que perpassa os diferentes ambientes, contextos e instituições humanas, inclusive o espaço da escola, concebido tradicionalmente como lugar de estímulo ao conhecimento, harmonia, interação e de segurança. Silva e Salles (2010) apontam que diferentes estudos têm mostrado sua descaracterização ao longo das décadas, assim como o avanço das preocupações de diversos setores da sociedade organizada, com destaque para governos e suas respectivas áreas de segurança pública.

Bedendo (2020) esclarece que pesquisas sobre condutas de violência escolar abarcam diferentes dimensões, com ênfase em três delas: violência à escola, violência da escola e violência na escola. Em relação a violência à escola, tem a ver com atividades e natureza da entidade de ensino. No tocante à violência da escola, remete a práticas cometidas institucionalmente contra o corpo docente de forma direta ou indireta, também chamada de violência institucional ou simbólica. Por fim, continua o autor, a violência na escola tem relação com atos cometidos ou produzidos no espaço escolar e sem ligação com as atividades escolares, ocorrendo em qualquer lugar.

Para Gomes e Martins (2016), dados mais detalhados ou precisos envolvendo a violência escolar não são recolhidos e informados com constância, sendo os apontamentos policiais as principais citações. Um ponto digno de nota é que as forças de segurança, notadamente os policiais militares, só são envolvidos nessas situações quando a conduta violenta já aconteceu ou foi praticada, cabendo-lhes o simples papel de repressão daqueles que perpetraram a violência, estando então alijados das estratégias de intervenção com foco na prevenção da violência escolar planejadas e efetivadas pelas equipes pedagógicas das escolas.

Vários estudos têm apontado a dificuldade de discentes e docentes, bem como dos outros profissionais da educação, em reconhecerem e valorizarem a intervenção policial no ambiente escolar, o que para Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) justifica a análise dessa função

frente à necessidade de implementação de estratégias de segurança intraescolar que tem se tornado foco de diversos tipos de violência perpetrada tanto por agentes externos quanto internos à escola com vistas a garantia da segurança dos principais atores e sujeitos que convivem cotidianamente nesse cenário, ou seja, estudantes, professores e técnicos administrativos.

As demandas de intervenção da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO) com seus 165 anos para prevenção e repressão da violência escolar são relativamente recentes nesse contexto, visto que o ambiente da escola se trata de um universo distinto de trabalho para o qual os agentes policiais são preparados. Para Bebendo (2020), a necessidade de se recorrer às forças de segurança, em especial a PM, impõe capacitação e qualificação específicas para policiamento focadas em ações e práticas que vivem o enfrentamento da violência intraescolar.

Considerando-se então a contextualização apresentada, a problemática norteadora do estudo busca responder ao questionamento: qual eficácia de ações envolvendo policiais militares nas estratégias de prevenção à violência escolar em relação, bem como às formas e regras do policiamento no interior da escola?

O objetivo geral do trabalho consiste, por sua vez, em discutir a pertinência da presença de policiais militares em escolas, privadas e públicas, tratando também da efetividade da capacitação profissional, formas de atuação e regramentos nas estratégias pedagógicas de enfrentamento da violência escolar, tendo-se como objetivos específicos:

- ✓ Dissertar sobre a violência e as principais condutas violentas no âmbito escolar;
- ✓ Apontar a necessidade de ações policiais no ambiente escolar tendo como foco a prevenção à violência intraescolar;
- ✓ Discutir a eficácia de ações policiais do enfrentamento da violência nas escolas e as maneiras de procedimento do policiamento dentro das instituições.

A realização do trabalho se justifica pelo seu potencial de colaborar institucionalmente com discussões e teorizações relevantes acerca do envolvimento policiais militares nas táticas de precaução da violência escolar, bem como para o conhecimento de formas de suporte e de regramentos que orientem os métodos do serviço qualificado em instituições de educação e, por fim, apontando resultados já obtidos com policiais militares que têm se dedicado a essa importante tarefa de garantia da lei e da disciplina no universo escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Violência é uma das palavras que está cada vez mais presente no dia a dia de inúmeras pessoas e em diversos contextos como o da casa, da escola e do trabalho. Refere-se a um acontecimento complexo que não tem um motivo único, ou seja, é multifatorial, com destaque para seis desses fatores, a saber:

[i] fatores sócio-econômicos, oriundos da desigualdade e vulnerabilidade social; [ii] fatores institucionais, relacionados à insuficiência do estado, crise dos modelos familiares e recuo do poder da igreja; [iii] fatores culturais, como problemas de origem histórica, conflitos étnico-raciais e de desordem moral; [iv] demografia urbana, devido ao crescimento das taxas de natalidade e expansão urbana desordenada causando grandes aglomerados urbanos; [v] poder da mídia, que ao enfatizar notícias sobre violência, acaba influenciando a percepção do cidadão; e, por fim, [vi] a globalização mundial, através da disseminação do crime organizado (OLIVEIRA; FITZ, 2014, p. 167).

As escolas, independentemente de serem privadas ou públicas, têm vivenciado também experiências mais frequentes de violência. Becker e Kassouf (2016) explicam que ela está presente no contexto escolar nas ações de danos ao patrimônio, nos atos criminosos e no comportamento de agressividade no âmbito dos conflitos interpessoais, cujas consequências são extremamente danosas sobre toda a comunidade escolar, principalmente sobre o alunado e seus resultados escolares.

O ambiente escolar que, de acordo com Bedendo (2020), deveria ser um espaço livre das influências negativas da sociedade, não tem conseguido cumprir o seu papel. São cada vez mais comuns as situações em que alunas e alunos, professoras e professores, bem como os outros profissionais que convivem nesses ambientes, tornam-se vítimas de agressões físicas e morais em razão da violência que é uma realidade há algum tempo.

Dito de outra forma, o que se tem claro é que “[...] a escola, por relevância o lugar destinado à educação e à socialização da criança e do adolescente, tornou-se em espaço de agressão, autoritarismo e desacatamento recíproco” (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006, p. 29), sendo inegável que existe uma relação muito significativa entre a violência social em sua expressão mais ampla ou geral e a que é praticada entre os muros das escolas.

Para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), isso se dá porque a escola tem refletido a realidade que permeia a sociedade como um todo e, desse modo, alunos e professores expressam no ambiente da escola o que vivem no seu cotidiano. Para os autores, existindo uma realidade de violência em casa, na vizinhança e nas ruas, ela é reproduzida em alguma medida no ambiente escolar.

As relações possíveis entre família e escola, de acordo com Reis (2010), devem ser pensadas a partir das especificidades de cada uma destas duas importantes instituições sociais que, nas últimas décadas, têm experimentado profundas mudanças que, certamente, se

conectam e se influenciam mutuamente gerando situações de crise que exigem mais atenção e cuidado por parte de todos os atores e sujeitos envolvidos em suas respectivas dinâmicas.

Couto (2008) pontua que o que se vê com relativa frequência é, por um lado, são pais e mães alegando que muito do que se constata como perda dos valores tradicionais da família é fruto do descaso da escola que não se preocupa mais em defendê-los e, o que é pior, há por parte de inúmeros professores um esforço para desconstruir esses mesmos valores.

Já professores e demais profissionais da área educacional respondem que, por outro lado, cabe à escola trabalhar apenas as questões relacionadas com os conteúdos disciplinares e que os ditos valores da família é responsabilidade dela. Para Cavalcanti (2005), o que está claro é que não cabe a ela trabalhá-los, posto que esta não seja sua tarefa, numa indicação clara de que, pais e mães se esforçam para transferir para a instituição escolar uma função que não é dela.

O que se tem evidente é que, conforme Reis (2010), ambos os lados têm um pouco de razão, mas não toda razão. Família e escola podem ser responsabilizadas conjuntamente pelos fracassos que perpassam a realidade de cada uma dessas instituições que, em última instância, são reflexos de crises maiores que permeiam as sociedades contemporâneas mundo a fora e acabam atingindo todas as outras instituições que compõem o complexo sistema social desenvolvido nos últimos séculos.

Couto (2008) aponta que, talvez, seja mais prudente não diagnosticar mais a família e a escola a partir da ótica do fracasso, mas sim adotando a perspectiva de crise que, nos seus primeiros momentos, cria a sensação de derrocada ou falência total. Contudo, passados os momentos do “susto” frente às impressões iniciais de uma crise que são sempre alarmantes, é possível encontrar caminhos que ajudem a superá-la.

Escola e família detêm importância fundamental no método de formação e socialização de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Para Becker e Kassouf (2016), cada uma destas instituições, bem como aquelas envolvidas na segurança pública, tem papéis distintos em etapas e momentos também distintos, inclusive frente à questão da violência que é perpetrada no interior da escola.

Mesmo existindo avaliações que apontam a pouca efetividade da segurança pública nas escolas, notadamente nas públicas, Cardoso, Gomes e Santana (2013) enfatizam que o policiamento escolar se tem mostrado como uma das alternativas encontradas pelas forças de segurança como estratégica de proteção, destacando ainda que as ações policiais no universo escolar sejam desafiadoras e trabalhosas, não obstante sejam impactantes e imprescindíveis.

O policiamento escolar se refere uma atividade que, de acordo com Bedendo (2020), está de acordo com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CRFB-1988), estando inserida no contexto da segurança pública e seu compromisso de preservação da ordem, conforme se lê no *caput* do Art. 144, § 5º, onde se lê que:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] V - polícias militares e corpo de bombeiros militares. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...] (BRASIL, 1988).

Estar em conformidade com as normas legais, segundo Bengochea *et al.* (2004), não é suficiente para que se aconteça o exercício da função do policiamento escolar no ambiente escolar que, para ser eficiente exige capacitação policial, um elemento essencial para a eficácia da seguridade. Para tanto, continua o autor, torna-se incontornável a formação de policiais comprometidos com os direitos das pessoas, cabendo então às instituições formadoras qualificá-los com o discernimento e capacidades fundamentais para estarem na escola, espaço e lugar distintos daquele em que são tradicionalmente formados para as ações policiais.

3 METODOLOGIA

No que se refere aos seus objetivos, esse projeto enquadra-se como um pesquisa exploratória-descritiva, sendo que a pesquisa exploratória tem como finalidade propiciar maior vínculo com o problema e torná-lo claro, proporcionando também as condições de construção de teorias o que leva, por sua vez, à idealização de uma hipótese, isto é, justifica as inferências ou as conclusões provenientes do contato com o objeto da pesquisa (SELTIZ *et al.*, 1975 apud GIL, 2010). Em outros termos, pode-se afirmar então que:

[...] a pesquisa exploratória dá condições ao pesquisador de obter experiência que o auxilie na formulação de hipóteses significativas para o aprofundamento da pesquisa definitiva, o que é indicado quando o pouco ou reduzido conhecimento acerca do tema de estudo conduz apenas a intuições ou hipóteses. Estudos exploratórios são o primeiro passo, e são necessários para o estudo mais detalhado e cuidadoso, a fim de se verificar que as hipóteses têm uma aplicabilidade generalizada (SELTIZ *et al.*, 1975 apud MUNIZ, 2011, p. 48).

Além de ser classificada quanto aos seus objetivos como exploratória, essa pesquisa configura-se também como descritiva que, entre outras características ou especificidades, tem o objetivo de descrever um fenômeno a partir do delineamento do que é e como ocorre. Para Marconi e Lakatos (2011) os estudos descritivos apresentam singularidades presentes e

identificáveis em determinadas situações, indivíduos ou grupos, o que leva à formulação de hipóteses e/ou proposições que, aparentemente, não estão intimamente relacionadas com eles.

No que diz respeito à sua classificação quanto à técnica de coletas de dados nessa pesquisa, ela se dá pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa documental. No caso dessa pesquisa, as discussões relacionadas com a escola, família, gestão da segurança pública e violência no ambiente escolar, estarão fundamentados em trabalhos acadêmicos, isto é, estarão baseados na pesquisa bibliográfica que, conforme Marconi e Lakatos (2011), ou seja:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de colher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema da violência em ambiente ou espaço escolar impõe o reconhecimento de que se trata de um conceito muito amplo que, conforme Prioto & Bonetti (2009), faz-se presente praticamente em todas as sociedades desde a mais remota antiguidade e que, para ser entendido, exige que se leve em conta diferentes particularidades ou singularidades culturais, econômicas, políticas e psicossociais.

Em várias comunidades ou localidades já está virando regra escolas protegidas por câmeras de segurança, muros altos e vigilância particular armada, notadamente nos grandes centros urbanos. Essa postura remete ao pensamento de Foucault (2007) quando tratou de discursos e de sujeitos, sugerindo que não são somente os prisioneiros que são tratados como crianças, mas crianças estão sendo tratadas como prisioneiros, o que fez com que ele concluísse que há escolas muito parecidas com prisões, isso já à época em que ele fez essas análises, ou seja, no início da segunda metade do século XX.

A comunidade escolar precisa se defender e se defende conforme suas possibilidades contra os atos de violência. Lima & Nascimento (2018) explicam que a seguridade, notadamente das instituições de ensino da rede pública, tem também outros desassossegos e, não raros, muitas delas empregam agentes privados de segurança, fazendo com que esses vigilantes desempenhem duas finalidades: a de porteiros e de zeladores do patrimônio da escola. Revela-se, desse modo, que há outro obstáculo, que é a deficiência de pessoal especializado da própria instituição que se encarregue dessa tarefa.

O que precisa ficar claro para inúmeros gestores escolares e tantos outros profissionais que atuam na educação, professoras e professores inclusive, é que não existe “receita mágica” que garanta a segurança no ambiente escolar. Monlevade (2013) argumenta que ela, a segurança, deve ser um assunto, preocupação ou tema constante no cotidiano das escolas, exigindo de toda a comunidade escolar – alunas, alunos, mães, pais, professoras, professores e demais profissionais – que estejam sempre em diálogo buscando a descoberta de soluções para esse e tantos outros problemas que perpassa a rotina escolar.

Para Prioto & Bonetti (2009) a expressão, palavra ou termo violência abarca um conceito alargado ou amplo e uma de suas acepções é a de que se trata de uma ação que se associa diretamente com uma pessoa ou grupo que, por sua vez, interfere na cultural, física ou moral de outra pessoa ou grupo. Esse fenômeno é considerado, segundo os autores, inerente à existência humana e pode ser esclarecido com base em decisões culturais, econômicas, políticas e psicossociais diretamente relacionadas com as diferentes formas de sociedades humanas.

Há características e formas específicas que, segundo Lima & Nascimento (2018), facilitam a identificação da violência – doméstica, política, religiosa, simbólica – em seus diferentes espaços e lugares. Trata-se de um fenômeno que traz cada vez mais inseguranças e preocupações que, segundo os autores, tem tomado proporções mais assustadoras com o passar do tempo, chegando com muita força nas escolas e entidades de ensino em geral e deixando alunos, pais e professores, bem como diretores sem saber o que fazer.

Abramovay, Avancini & Oliveira (2006) analisam a questão da violência com base no que chamam de “vulnerabilidades sociais” e, desse modo, explicam que a pobreza ou as desigualdades de renda ou riqueza somadas às múltiplas ausências, bem como à falta de expectativa de emprego juntamente com a dissipação do uso de drogas ilícitas e lícitas, dentre outros pontos, formam um “caldo de cultura” que, por sua vez, leva aos diversos tipos de violências nos ambientes escolares perpetradas durante os recreios e até mesmo nas salas de aula, transbordando inclusive nas depredações.

Algo que não pode acontecer é, conforme Bedendo (2020), não se tratar a violência escolar considerando-se simplesmente um motivo e apontar a escola como a única responsável pela solução do problema, pois o enfrentamento e a superação dessa violência passam pelo envolvimento de diferentes setores da sociedade em parceria com a escola. O que se observa com alguma facilidade é que as agressividades que são reproduzidas pelos estudantes podem, segundo o autor, ter relação com o que eles presenciam ou vivem no interior de suas casas, ou seja, o que fazem podem ter alguma motivação familiar e social.

O que se tornou indispensável face ao fenômeno da violência nas escolas é, de acordo com Couto (2008), tem a ver com a identificação dos tipos de violências perpetradas com alunas e alunos para que, desse modo, chegue-se à compreensão de seus reflexos em toda a comunidade escolar, partindo-se inclusive do pressuposto de que violência pode ser entendida como qualquer imposição de algo ou alguma coisa por parte de outra pessoa, grupo social sobre outra pessoa ou grupo social contra a sua vontade.

Há diferentes causas ou motivos para as violências que acontecem rotineiramente no interior das escolas. Lima & Nascimento (2018) dão destaque à degradação ou desestruturação familiar, situação que faz com que uma criança, adolescente ou jovem chegue à escola sem ter sido “educada” pela mãe e pelo pai e/ou outros familiares a respeitar as outras pessoas, buscando então satisfazer suas vontades. Quando isso acontece, reforçam os autores, essa criança, adolescente ou jovem recorre à violência, já que ela é uma das principais características de sua personalidade, posto que lhe faltaram modelos humanamente adequados.

A mídia, por exemplo, pode ser um dos instrumentos que mais tem contribuído, de acordo com Carvalho, Freira & Vidal (2012), para que crianças, adolescentes e jovens reproduzam em seu cotidiano atos de violência, inclusive no ambiente da escola. O que tem ficado cada vez mais claro, em concordância com os autores, é que os meios de comunicação têm favorecido, em larga medida, para que a violência seja vista de forma natural a partir de suas produções de teledramaturgia e outros produtos de entretenimento.

Crianças, adolescentes e jovens que são vítimas de violência acabam por reproduzi-la e, de acordo com Gomes & Martins (2016), os sinais dessa ação de reprodução são facilmente percebidos por meio da observação de mudanças bruscas na forma como se comportam no ambiente escolar. Não obstante a violência ocorra no interior de escolas, sabe-se que ela é, não raras vezes, gerada fora dela, isto é, seus fatores são externos: conflitos sociais, famílias desestruturadas, narcotráfico, dentre outros.

A violência escolar tem a ver, segundo Oliveira & Fitz (2014), com comportamentos agressivos, antissociais e destrutivos que levam, por sua vez, crianças, adolescentes e jovens a atentarem contra a integridade física, moral e psicológica de quem estiver ao seu redor e provocando danos patrimoniais nos espaços escolares. Essa violência pode ser analisada, enfatizam os autores, com base em categorias comportamentais, etárias, geográficas, dentre outras.

A violência escolar pode acontecer ou ser perpetrada, segundo Prioto & Bonetti (2009), de quatro formas diferentes: (i) violência física, perpetrada por uma pessoa ou grupo de pessoas contra a integridade de outra pessoa ou pessoas, (ii) agressão física, efetivada por ferimentos e

sangramento, podendo culminar no evento morte, (iii) violência simbólica, baseada no abuso de autoridade, discriminação e em práticas de assujeitamento e, por fim, (iv) violência verbal, efetivada por desrespeitos, humilhações, incivildades, intimidações e xingamentos.

Para Monlevade (2013) espaços institucionais como os das escolas, fábricas, hospitais, quartéis se tornam facilmente lugares de controle e vigilância que, dada a sua natureza, enquadra todos entre suas dependências com disciplinas e funções. Assim, a violência que se institui no ambiente da escola pelos seus gestores, professoras e professores entre em choque com as violências represadas de seus discentes que, por sua vez, revidam de alguma maneira. Frente à violação da ordem estabelecida ou que se quer estabelecer, fixam-se então regras de comportamento e as respectivas punições pelos desvios por parte dos estudantes.

A violência na escola é, de acordo com Charlot & Èmin (2002), aquela que acontece e/ou é produzida dentro da escola e sem ligação com a natureza ou o exercício da instituição escolar: quando um grupo adentra à escola para acertar contas de disputas que são travadas em outros lugares, fazendo com que a escola seja simplesmente o *locus* de uma violência que poderia ter se realizado em outro local. Violência da escola, enfatizam os autores, tem ligação com a natureza e as atividades da instituição escolar, ou seja, quando alunas e alunos agridem ou insultam professoras e professores ou provocam incêndios, eles estão se entregando à violência direcionada diretamente para a instituição e para aqueles que a representam.

A diferença entre atos de indisciplinas e violência escolar é discutida por Debarbieux & Blaya (2002), apontando-se que a indisciplina não é objeto de ação e atuação da PM, embora ambas sejam desafios para as instituições escolares. Quanto à indisciplina, os autores assentam que tem relação com a quebra de regras estabelecidas e provoca incômodos e perturbações na rotina escolar, assentando ainda que ela pode ser uma forma em que o estudante se manifesta contra uma exigência da escola, quebrando as regras os valores que demonstram, sobretudo, sua inadequação social.

A segurança nas escolas, segundo Caldeira (2000), nem sempre é realizada por PMs, posto que em vários escolas existem servidores – auxiliares e porteiros por exemplo – que são incumbidos dessa função. Em outras, a atividade é conferida para empresas que trabalham com segurança privada e atuam, desse modo na prevenção de depredações, destruição ou danos ao patrimônio. O mais comum, conforme a autora, é o uso de equipamentos de vigilância remota como as câmeras de monitoramento ou segurança.

Em relação à presença de PMs no ambiente escolar frente à crescente onda dos vários tipos de violência perpetrados nos espaços educacionais, Lima & Nascimento (2018) questionam sobre “até que ponto” a PM deve se envolver e o seu papel no universo da escola,

privada ou pública. Os autores lembram em suas reflexões o que está posto tanto no Art. 5º quanto no Art. 144 da CRFB-1988, que especificam a função da polícia ostensiva relacionado com a preservação da ordem pública e, também que a segurança pública é dever estatal e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida visando a preservação da ordem pública e proteção das pessoas e do patrimônio, respectivamente.

É notório que a presença de PMs em instituições de ensino, privadas e públicas, da educação básica ao ensino superior, enfrenta críticas, obstáculos e resistências de parcelas significativas dos profissionais das áreas educacionais. Silva (2019) aponta que, dentre as explicações possíveis para essa situação tem a ver com a imagem negativa ligada a origem e constituição das polícias estaduais no início do século XX e à reputação de seus praças, associando também a imagem das corporações ao período da ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985 no Brasil.

Ao lado de uma resistência à presença de PMs nas escolas, há também uma aceitação e aprovação que, de acordo com Silva & Gonçalves (2021), está atrelada à percepção, notadamente de mães e pais, de que a força policial, representando o aparelho estatal, precisa ter o respeito dos estudantes e de toda a comunidade escolar, apontando-se ainda que, caso haja algum constrangimento entre alunas, alunos, professoras e professores com agentes policiais na escola, esse sentimento é menos nocivo em comparação com o de impotência frente às situações violência que se dão no ambiente escolar.

Ao tratar da premissa de que agentes de segurança pública, PMs mais precisamente, é necessária para que se tenha um bom funcionamento de escolas em que há diferentes situações de violência, Abramovay (2005) argumenta que, em muitos casos, essa ideia é mais “forte” entre adultos”, principalmente mães e pais, que podem estar motivados pela percepção de que aconteceu uma mudança dos nexos entre comunidade e escola, com a escola deixando de ser vista como um espaço ou lugar protegido, passando a ser alvo de diversos tipos de violência. Assim, conclui a autora, diante da necessidade de controlar ou evitar essa violência, recorre-se então à PM.

As PMs estaduais, inclusive a PM-GO, têm elaborado, nesse contexto, diversos programas de enfrentamento à violência nas escolas com vários pontos positivos que, de acordo com Guimarães (2005), ocupando espaços deixados pelas políticas públicas educacionais, não obstante se tenha claro que muitos dos policiais envolvidos nesses programas necessitam de mais formação e treinamento para atuarem em um contexto de diferenças que, naturalmente, gera diferentes tipos de conflitos, inclusive os relacionados com a questão da autoridade e disciplina, tão caros às corporações militares.

Outra questão a ser pensada também em relação à presença de PMs é que, segundo Cunha (2008), a ideia de “*ethos* masculino” inerente ao serviço policial militar faz com que um número expressivo de policiais, bem como parcela expressiva de diferentes setores da sociedade organizada, considerem que PMs que atuam no contexto escolar, seja garantindo a segurança ou lecionando e orientando nas escolas, traz prejuízos significativos para a cultura militar, pois é papel dos policiais cuidar da segurança geral da sociedade, garantindo a “leia e a ordem”, e não cuidar diretamente de crianças e adolescentes em uma escola.

Para Oliveira (2008), fixar ou manter PMs exclusivamente nas escolas é uma ação praticamente impossível, posto que sua “missão” é trabalhar para identificar desvios antes que ocorram, o que dificulta sua atuação no “mundo” de alunas e alunos, bem como no “universo” de suas famílias e de toda a comunidade escolar, o que exigiria uma reformulação completa das estratégias de ações por parte das corporações policiais para atender uma demanda de policiamento escolar e das regiões adjacentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho explicita que a instituição escolar foi pensada como espaço ou lugar de socialização das novas gerações, cabendo-lhe formar crianças, adolescentes e jovens para viverem ativamente em sociedade, apontando ainda que o significado simbólico dado à escolarização no Brasil tem relação com as possibilidades de ascensão social, satisfazendo as exigências de uma formação para a vida privada e pública via educação escolar.

O estudo aponta que houve um esgotamento do modelo de escolarização comprometida com a questão da mobilidade social que redundou, por sua vez, no enfraquecimento de sua capacidade de socialização para as novas gerações, notadamente pela escalada da violência vivida por inúmeras instituições no contexto escolar brasileiro e mundial. Assim, tornou-se incontornável desenvolver formas de enfrentamento dos diferentes tipos de violência focados, o que envolve a participação de agentes de segurança pública, mais especificamente de policiais militares.

A pesquisa deixa claro também que a violência escolar pode acontecer ou ser perpetrada de quatro formas distintas: violência física (perpetrada por uma pessoa ou grupo de pessoas contra a integridade de outra pessoa ou pessoas), agressão física (efetivada por ferimentos e sangramento, podendo culminar no evento morte), violência simbólica (baseada no abuso de poder, discriminação e em práticas de assujeitamento) e violência verbal (efetivada por desrespeitos, humilhações, incivildades, intimidações e xingamentos).

O artigo demonstra ainda que as polícias militares PMs estaduais têm elaborado diversos programas de enfrentamento à violência nas escolas com vários pontos positivos, ocupando espaços deixados pelas políticas públicas educacionais, não obstante se tenha claro que muitos dos policiais envolvidos nesses programas necessitam de mais formação e treinamento para atuarem em um contexto de diferenças que, naturalmente, gera diferentes tipos de conflitos, inclusive os relacionados com a questão da autoridade e disciplina, tão caros às corporações militares.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília-DF: UNESCO, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam; AVANCINI, Marta; OLIVEIRA, Helena. Violência nas escolas. In: OLIVEIRA, Helena (Org.). **Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. 2. ed. Brasília-DF: UNICEF, 2006.
- BEDENDO, Ricardo. Violência escolar e intervenção policial: um estudo comparativo de práticas e modelos de atuação na busca pela resolução de problemas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 31, p. 475-506, 2020.
- BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz *et al.* A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988.4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 / EDUSP, 2000.
- CARDOSO, João Casqueira; GOMES, Candido Alberto da Costa; SANTANA, Edna Ugolini. Escola e polícia em três países: vinho novo em odres velhos ou a crise das instituições. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 81, p. 685-710, 2013.
- CARVALHO, Denise W.; FEIRE, Maria Teresa & VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 31, n. 5, p. 435-438, 2012.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cad. Cedes**, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

CHARLOT, Bernard; ÈMIN, Jellab. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias. Porto Alegre: Armand Colin, 2002.

COUTO, Maria Aparecida Souza. **Violência e gênero no cotidiano escolar**: estudo de caso em uma escola da rede pública estadual sergipana. São Cristóvão-SE: UFS, 2008.

CUNHA, Fabrício Costa. **Perfil da violência nas escolas de Rio Branco**. Rio Branco-AC: UFAC, 2008.

DEBARBIEUX, Erick & BLAYA, Catherine. **Violências nas escolas e políticas públicas**. Brasília-DF: UNESCO, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24 ed. São Paulo-SP: Edições Graal, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza-CE: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2010.

GOMES, Roberto Alves.; MARTINS, Ângela Maria. Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 90, p. 161-178, 2016.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **A dinâmica da violência escolar**: conflito e ambiguidade. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

LIMA, Reginâmio Bonifácio & NASCIMENTO, João Marques. Violência das/nas escolas e a ação da polícia militar: uma perspectiva de segurança pública com cidadania. **SOUTH AMERICAN Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2011.

MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Segurança na sociedade e nas escolas**. 4 ed. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013.

MUNIZ, Adriana Roman. **Análise do processo de coaching na carreira de executivos do vale do Paraíba paulista**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Taubaté-SP: Universidade de Taubaté, 2011.

OLIVEIRA, Arlindo Weber de; FITZ, Paulo Roberto. Análise da violência em escolas públicas e privadas de bairros de classes sociais A, B e C no município de São Leopoldo, RS. **Cadernos de Educação**, v. 47, p. 165-185, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. O uso de câmeras nas fardas de policiais.

OLIVEIRA, Valéria Cristina; DUTRA, Natália Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. 1-17, 2023.

PRIOTO, Elis Palma & BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

REBÉS, Edison Goulart. **Violência na escola**: dados de Uruguaiana/RS. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre-RS: PUC-RS, 2000.

REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar**. 61 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Salvador-BA: UNEB, 2010.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLOSNIKI, Bernardo. **Psicologia social**. 27. ed. revista e ampliada. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, n. especial 2, p. 217-232, 2010.

SILVA, Maria Rosana Fonseca. **Violência escolar**: uma avaliação do “Programa Educação para Paz” nas escolas estaduais do município de Macapá/AP. 2021. 75 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2019.

SILVA, Maria Rosana Fonseca & GONÇALVES, Rodrigo Santaella. Violência escolar: avaliação do “Programa Educação para a Paz” nas escolas estaduais de Macapá/AP. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 3, n. 7, p. 5-19, 2021.

OLIVEIRA, Windson Jerferson Mendes. **A policialização da violência em meio escolar**. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2008.